

**Eixo temático:** Formação e diversidade

**Categoria:** Trabalho completo

## **PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADE E MUNICÍPIO NA FORMAÇÃO DOCENTE: UM CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM**

PERON, Lucélia

LYRA, Letícia Ribeiro

Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS

Agência financiadora: FNDE

Este artigo tem por objetivo analisar como o curso de Formação Continuada em Educação Integral e em tempo integral oferecido a professores e gestores da rede municipal de Vitorino/PR está se transformando em uma comunidade de aprendizagem entre os professores da educação básica e superior. Pretende-se analisar, também, a contribuição desta formação para superar os problemas da prática pedagógica no cotidiano escolar. O curso de extensão: “Educação Integral e em Tempo Integral” é resultado de um convênio entre Universidade Federal da Fronteira Sul com a Secretaria de Educação daquele município. A experiência está sendo desenvolvida neste ano de 2014 por vinte professores pesquisadores da UFFS, que ministram o curso. A formação envolve os setenta e cinco profissionais que atuam na rede de ensino e está sendo realizada por meio de encontros presenciais que abordam temáticas referentes às diversas áreas de conhecimento na perspectiva de educação integral. Conta ainda com atividades semipresenciais e à distância, visando a efetivação no cotidiano escolar dos estudos realizados, por meio de experiências, projetos e produção de material didático referente a formação. Considera-se que o trabalho desenvolvido de forma conjunta entre educação básica e superior possibilita a se pensar como um horizonte em construir uma comunidade de aprendizagem com postura investigativa para desenvolver estudos e práticas que promovam inovação pedagógica nas escolas, da reflexão e compartilhamento das experiências desenvolvidas em sala de aula que foram bem sucedidas, visando o desenvolvimento profissional dos professores e a melhoria da qualidade da educação ofertada.

**Palavras-chave:** Educação Integral. Educação básica. Educação Superior. Comunidade de Aprendizagem. Formação Continuada

### **1 INTRODUÇÃO**

No plano nacional e mundial estão sendo realizadas críticas à forma de organização, gestão e desempenho dos sistemas escolares. Em se tratando da educação brasileira, parece que o debate em torno das políticas educacionais tem a intenção de encontrar alternativas para a melhoria da educação, por isso, novas políticas educacionais estão sendo implementadas. Dentre elas, pode-se destacar o Programa Mais Educação, que tem como objetivo ampliar a jornada escolar e organizar o trabalho pedagógico na perspectiva da Educação Integral, e a

Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, que pretende fomentar as políticas de formação continuada.

Não se pode negar que, para a concretização dessas políticas, é preciso compreender o objetivo pretendido. Muitos são os desafios para a implantação das políticas, porém, é a partir de ações concretas desenvolvidas nas escolas que elas vêm alcançando maior visibilidade.

Atualmente, a temática formação de professores é destaque na agenda política educacional. O professor, a sua formação, a sua valorização, os saberes e os processos de aprendizagem da profissão fazem parte de inúmeros eventos nacionais e internacionais onde o assunto é assumido como questão prioritária.

A preocupação com a qualidade da educação e com a formação de professores aparece como uma questão importante na sociedade contemporânea e, para Ristoff

Um país soberano, avançado nas artes, nas ciências e na tecnologia, depende diretamente da qualidade de sua educação. E a qualidade da educação nutre-se principalmente da qualidade de seus professores. Se a preocupação com sua formação for insistentemente relegada a segundo plano, a baixa qualidade se traduzirá em obstáculo ao desenvolvimento da sociedade, pondo em risco os grandes projetos nacionais. Esta é hoje a situação do Brasil que, no tocante à formação dos seus professores, enfrenta uma tríplice crise: uma crise de quantidade, uma crise de qualidade e uma crise sistêmica. Apesar dos recentes esforços em âmbito federal, essas crises se agravam e ameaçam desestabilizar a imagem de futuro preconizada nos grandes projetos nacionais para as próximas décadas (RISTOFF, 2014, s/p.).

Diante deste cenário, o Ministério da Educação (MEC) tem mobilizado esforços para promover a formação de professores em quantidade suficiente e qualidade adequada. Em 2007 foi criada a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) passou a assumir as atribuições de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da Educação Básica, também estimulando a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino.

É a partir deste contexto que se propõe, neste trabalho, a apresentar a experiência de formação continuada desenvolvida entre a Universidade Federal da Fronteira Sul (doravante denominada UFFS) e a Rede Municipal de Ensino do município de Vitorino/PR, no que se refere a formação continuada desenvolvida com os professores que trabalham nas escolas com educação de tempo integral. Além disso, também nos propomos a fazer algumas reflexões e alinhar entendimentos em torno da concepção de Educação Integral, comunidade de aprendizagem, saberes docentes e desenvolvimento profissional.

Inicialmente, descreveremos as perspectivas atuais de formação continuada. Depois, apresentaremos o processo de implantação e implementação da educação integral e em tempo integral na rede municipal de educação. Em seguida, descreveremos os saberes construídos na formação continuada entre UFFS e professores da rede municipal de Vitorino e, por fim, como um horizonte, propomos a constituição de uma comunidade de aprendizagem com postura investigativa entre universidade e professores, pois, segundo Crecci e Fiorentini

o melhor investimento seria apostar na capacidade de os professores se organizarem em comunidades locais de estudo e investigação, tendo o apoio dos órgãos públicos e a colaboração da universidade para estudo dos problemas da prática escolar, seguido de um esforço de construção conjunta de alternativas para enfrentá-los e tentar superá-los. (2013, p.21)

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 FORMAÇÃO CONTINUADA: PERSPECTIVAS NO ATUAL CONTEXTO

Inúmeros estudos apresentam a necessidade de mudanças na educação, mas os rumos a serem seguidos ainda não estão definidos. O que temos visto é a contradição entre os discursos, que afirmam considerar a educação como importante para o desenvolvimento de uma nação, e a prática, na qual se vê sua desvalorização, procurando atingir o máximo de resultados com o mínimo de investimentos. Muitas são as lutas pela valorização profissional do professor e pela melhoria da qualidade da educação, mas os resultados alcançados ainda não são satisfatórios.

Com a intenção de construir um novo projeto educativo, onde todos tenham direito a uma educação de qualidade e consigam atingir um bom patamar de escolarização, a formação de professores é apontada como essencial à melhoria da qualidade da educação básica.

É num contexto de dupla preocupação – com a qualidade da educação ofertada e com o desenvolvimento profissional dos docentes - que a formação dos professores é alvo de interesse. Segundo Ristoff

O imprevisto de professores responde em boa parte pela crise de qualidade identificada nos exames de avaliação de rendimento acadêmico (prova Brasil, Enem, Pisa, etc.). A crise de qualidade, no entanto, pode estar associada a outros fatores, entre eles, os altos índices de evasão dos licenciados; as licenciaturas com cara de bacharelados; o apartheid que distancia a universidade da escola; os ambientes de aprendizagem inadequados e o fato de as instituições privadas, que formam cerca de 70% dos professores do país, serem elas próprias consideradas, muitas vezes, de baixa qualidade (RISTOFF, 2014, s/p.)

A educação que se quer para os alunos está entrelaçada com a formação oferecida aos professores, por isso, é necessário aprofundar a discussão sobre o tema, visando investigar como ela tem contribuído com o desenvolvimento profissional dos docentes e melhorado a qualidade dos processos educativos.

Para Gatti, Barreto e André (2011), o magistério constitui um setor nevrálgico nas sociedades contemporâneas. É preciso acontecer uma mudança nas estruturas formativas e nos currículos da formação, pois a fragmentação formativa é clara. A formação dos professores precisa ser pensada e realizada com base na função social da educação básica e nos processos de escolarização, ou seja, é preciso ensinar às novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas coerentes com nossa vida civil (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 136).

Pensando a formação continuada, a prática associada a uma experiência consolidada poderá trazer uma formação mais sólida e inovadora. É consenso o reconhecimento que a formação de professores é importante para uma educação de qualidade e o Brasil tem investido em políticas que contribuam para a sua melhoria.

Os programas de formação continuada pretendem auxiliar o professor no exercício da docência, pois a profissão de professor “é uma atividade humana complexa, com características próprias, exercida em unidades escolares que são singulares e, por isso, requerem e mobilizam novas perspectivas de pesquisa” (TARDIF, 2012, p. 21).

Com um olhar mais atento à formação de docentes para a educação básica, a Política Nacional de Formação de Professores pretende aproximar universidade e escola no desenvolvimento de práticas formativas diversificadas e favoráveis ao binômio teoria e prática, destacando o interesse pela docência, a promoção da integração entre educação superior e educação básica, a qualificação da formação acadêmica, a elevação da qualidade do ensino ofertado na escola pública e a valorização do magistério (CAPES/DEB, 2013). A Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9394/96 (BRASIL, 2014), em seus artigos relativos à educação superior, no Título V, capítulo IV, Artigo 43, destaca o papel da universidade em promover a extensão; no Artigo 63, inciso III estabelece que as instituições formadoras devem manter os “programas de formação continuada para profissionais da educação”.

Uma das políticas de indução governamental para melhoria da qualidade da educação básica pública é a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública – RENAFORM, que foi instituída pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria n 1328/11 (BRASIL, 2014). A RENAFORM está vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a Secretaria de Educação Básica (SEB). O MEC oferece apoio técnico e financeiro, bem como coordena os Programas oferecidos pela RENAFORM.

Considerando que a formação profissional se constitui não apenas por meios teóricos adquiridos durante a formação específica, mas também pelas vivências pessoais, culturais e pelos conhecimentos práticos adquiridos na vida diária da profissão, a formação continuada se caracteriza por ser uma proposta que centra seus objetivos no desenvolvimento de metodologias, estratégias e projetos inovadores. Esta política visa integrar universidade e escola para serem parceiras, tornando ambas coparticipantes do processo de formação dos professores.

Pesquisas tem indicado que o trabalho do professor é complexo, pois exige dele não somente o domínio de conhecimentos disciplinares e metodologias de ensino, mas também compreensão sobre o desenvolvimento dos estudantes e capacidade para lidar com a heterogeneidade das turmas, com as tecnologias, com as questões culturais, com os problemas de valores éticos, morais e sociais e também com o baixo prestígio da profissão (TARDIF, 2012; GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011). Com essas considerações, podemos dizer que ainda há muito que fazer para melhorar a atratividade da profissão de professor, para estimular a procura pelas licenciaturas e enfrentar a crise da qualidade da educação básica.

Diante de um cenário complexo e desafiador, os programas de formação continuada surgem como iniciativas que ampliam os olhares sobre os processos de formação profissional e, por isso, buscam parcerias entre governo federal, instituições de ensino superior e escolas da rede básica. A formação docente, para André, “implica envolvimento dos professores em processos intencionais e planejados, que possibilitem mudanças em direção a uma prática efetiva em sala de aula” (2010, p. 176).

A formação continuada pode ser entendida como uma necessidade do processo de construção da profissionalização como um movimento que constrói uma identidade profissional. Ela requer reflexões e ações organizadas em função de um projeto de educação que expresse o desejo de que sociedade se deseja construir. Essas ações dependem de iniciativas pessoais e também de iniciativas das instituições de ensino e das políticas públicas.

O objetivo de construir programas sólidos e coesos de formação continuada é possibilitar que cada professor se torne de fato educador. Como nos diz Freire, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho e na ação-reflexão-ação” (1987, p. 78). Assim, a formação docente deve ser um processo que proporcione possibilidades de crescimento pessoal e coletivo. A produção do conhecimento deve acontecer num processo reflexivo, crítico e transformador. Deve ser um projeto permanente que possibilite caminhos para se criar alternativas para discutir e redefinir a prática docente.

Os programas de formação continuada de professores tem apresentado propostas inovadoras, que trazem novas reflexões à área. Outra justificativa para se investir na formação continuada é que ela se apresenta como uma necessidade, pois a sociedade se transforma, as tecnologias mudam o trabalho, a comunicação, a vida e, até mesmo, o pensamento e, com isso, as pessoas tem que evoluir junto. A ideia de profissionalização deve ser uma concepção da profissão de professor, ou seja, mesmo que cada professor apresente um perfil diferente, precisam aprender a cooperar e trabalhar em equipe, a vivenciar o estabelecimento de ensino como uma comunidade educativa, a se sentir membro de uma profissão e aprender a dialogar com a sociedade. Ela deve partir das necessidades e problemas encontrados na instituição e possibilitar a elevação do nível de competências dos profissionais, aumentar seus saberes, transformar a relação com o saber e a aprendizagem.

Tudo isso coloca novas responsabilidades aos docentes e as políticas educacionais. É preciso entender que se temos alunos do século XXI, a educação também tem que ser do século XXI. Segundo Sacristán (2002), um pensamento moderno em educação supõe equilibrar políticas educativas e culturais, formação de professores, métodos pedagógicos e conteúdo, buscar sempre a apropriação do saber através de uma educação básica de qualidade que proporcione ao aluno a iniciativa e condições para seguir aprendendo.

Na sociedade do conhecimento, as novas tecnologias criaram outros espaços de conhecimento e a educação tem que lidar com múltiplos espaços de aprendizagem, seja formal ou informal. Para Gadotti, “educamo-nos no mundo, somos parte deste mundo, construímos, participamos e somos modificados pelo mundo em que vivemos” (2009, p.13). Vivemos em uma sociedade em que a sala de aula se projeta para além das quatro paredes e, enquanto prática social, a educação é realizada por todas as instituições da sociedade e, enquanto processo sistemático e intencional, ocorre nas escolas e nas universidades. Isso exige do docente uma prática pedagógica comprometida com o ser humano enquanto sujeito sócio-histórico, que traz consigo uma enorme riqueza de conteúdos adquiridos ao longo de sua existência e que podem ser compartilhados e dialogados com os conteúdos curriculares.

Tudo isso causa muita preocupação e é preciso fazer o seguinte questionamento: como preparar os docentes para enfrentar os desafios da educação do século XXI?

Segundo Perrenoud (2002, p. 48), os sistemas educativos têm 10 motivos para oferecer formação continuada aos professores. São eles:

- compensar a superficialidade da formação profissional;
- favorecer a acumulação de saberes de experiência;
- propiciar uma evolução rumo à profissionalização;
- preparar para assumir uma responsabilidade política e ética;
- permitir enfrentar a crescente complexidade das tarefas;
- ajudar a vivenciar um ofício que parece impossível;
- oferecer os meios necessários para trabalhar sobre si mesmo;
- estimular a enfrentar a irredutível alteridade do aprendiz;
- aumentar a cooperação entre colegas;
- aumentar as capacidades de inovação.

Em contrapartida, não podemos responsabilizar somente a formação do professor para melhorar a qualidade da educação. Não há dúvida da importância do seu papel, mas outros elementos como: salário, carreira, condições de trabalho, aspectos culturais, valorização social da profissão, recursos físicos e materiais e participação da família também são desafios a serem vencidos para garantir o aprendizado dos alunos.

Para Gatti, Barreto e André (2011), é importante que a formação continuada proporcione aperfeiçoamento profissional, que consiga aliar o conhecimento acadêmico com o conhecimento do exercício profissional e experiências vividas e que forneça elementos para superar os problemas do processo ensino-aprendizagem.

Outro importante teórico que defende a formação continuada é Paulo Freire. Para ele, a formação continuada é o resultado da “condição de inacabamento do ser humano e consciência desse inacabamento. O ser humano é um ser inconcluso e deve ser consciente da sua inconclusão” (FREIRE, 1987, p. 44)

Atualmente, temos visto acusações acerca da incompetência ou inércia do magistério. Diante das críticas, é oportuno refletir sobre a complexidade do fenômeno educativo e formativo. Com o instável mundo globalizado, não se concebe mais uma oferta educacional pautada apenas na formação inicial e nas experiências e práticas acumuladas pelos docentes ao longo dos anos de trabalho. É importante ter uma formação continuada que aumente os conhecimentos gerais e pedagógicos, que expanda e aprimore as habilidades didáticas e que atenda as demandas da profissão. Ela não pode ser um meio para suprir os déficits da formação inicial, mas uma forma de oportunizar ao professor a construção de novos conhecimentos, a apropriação de novas metodologias de ensino, de compartilhar experiências coletivamente, cooperando com seus colegas, encontrando formas inovadoras de enfrentar os problemas de sala de aula e da escola.

De acordo com Veiga, Leite e Duarte (2005, p.143), a formação continuada deve estar “[...] baseada na valorização e no resgate do saber docente construído na prática pedagógica, em um processo mediado por referências teóricas e práticas”. Neste sentido, a Formação Continuada deve levar em consideração a experiência acumulada dos professores de educação básica e a reflexão sobre a prática docente cotidiana como tarefa fundamental do processo de formação.

## 2.2 A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE VITORINO

Incentivado pelo Programa Mais Educação, o município de Vitorino instituiu por meio do projeto de Lei nº 1170/2011, o “Programa Escola de Tempo Integral” do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de ampliar a aprendizagem das diferentes áreas do conhecimento, aumentar o tempo de permanência do aluno na escola e proporcionar experiências artísticas, científicas e filosóficas visando a formação integral da criança e do adolescente. A adesão ao Programa Mais Educação foi realizada no decorrer do ano de 2013, mas esta adesão só foi liberada pelo MEC em novembro de 2013.

O currículo está organizado nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; cultura, artes e educação patrimonial e esporte e lazer. Tais atividades se interligam com as áreas de conhecimento do currículo nacional comum – Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. As oficinas oferecidas são: acompanhamento pedagógico, canto coral, informática, gaita, capoeira, teatro, artes plásticas, práticas circenses, xadrez, balé, dança, teatro, empreendedorismo, motricidades e jogos cognitivos, contação de história, artesanato e oficina de produção de texto. Além disso, é proporcionado acompanhamento psicopedagógico visando a melhoria do processo de aprendizagem do aluno.

As escolas, na sua estrutura física, disponibilizam refeitório, salas de recurso, ginásio de esportes, biblioteca e laboratório de informática. Além disso, são ofertadas oficinas em outros ambientes como Ginásio Municipal de Esportes, Secretaria de Educação, Biblioteca Cidadã, Campo de Futebol e Praça Municipal.

Essas estratégias de envolver outros espaços formativos além do espaço escolar, proporciona uma aprendizagem conectada ao universo de vivências do aluno. Esta é uma ação que se baseia na perspectiva da Educação Integral a qual defende que a formação do estudante seja feita, além da escola, com a participação da família e da comunidade.

Como nos diz Brandão

ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (apud GUARÁ, 2006, p. 15)

É possível perceber que o município está vivendo uma realidade “firme”, com atividades sólidas que proporcionam importantes experiências de aprendizagem e articulação com a comunidade local. Por outro lado, a concretização desta política faz surgir a necessidade de compreensão do significado da concepção de educação integral como formação integral.

Para Gatti

a integralidade da pessoa abarca a intersecção dos aspectos biológico-corporais, do movimento humano, da sociabilidade, da cognição, do afeto, da moralidade, em um contexto tempo-espacial. Um processo educativo que se pretenda “integral” trabalharia com todos estes aspectos de modo integrado – ou seja – a educação visaria à formação e ao desenvolvimento humano global e não apenas ao acúmulo de informações. (apud, GUARÁ, 2006, p. 16)

Assim, a educação integral, além de ampliar os tempos, espaços e oportunidades educativas, deve ter como objetivo o desenvolvimento social, intelectual, físico, emocional e afetivo da criança e adolescente.

A proposta de implantação e implementação de uma política de educação integral, considerando a ampliação da jornada escolar e a expansão de oportunidades formativas é uma das políticas do atual governo que objetiva garantir a qualidade da educação pública. Além disso, pactua com a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), correspondente ao decênio 2011 – 2020, que visa oferecer educação em tempo integral em cinquenta por cento das escolas públicas de educação básica (BRASIL. PNE,2011).

Os princípios da Educação Integral, definidos no Decreto nº 7.083/2010 (BRASIL, 2010), compreendem o direito de aprender como condição para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e também reconhece que o ser humano tem múltiplas dimensões e peculiaridades de desenvolvimento, ou seja, a educação integral entende que todos os alunos são sujeitos com capacidades que podem ser ampliadas e potencializadas através de trocas e interações proporcionadas, principalmente, pela escola.

Para fortalecer a educação brasileira, as leis nacionais inspiraram-se nas conclusões da Conferência de Jointem, realizada na Tailândia, em 1990 e na Conferência de Salamanca, realizada na Espanha em 1994 (MOLL, 2010), as quais reconhecem que a educação é um direito de todos e sua universalização e melhoria na qualidade contribuem para a construção de um mundo mais seguro, justo, próspero, com menos desigualdades sociais, favorecendo o progresso pessoal, social, cultural e econômico.

A concepção de Educação Integral defende que a educação tome novos rumos e que o processo educativo

[...] não pode continuar sustentando a certeza de que a educação é uma tarefa restrita ao espaço físico, ao tempo escolar e aos saberes sistematizados do conhecimento universal. Também não é mais possível acreditar que o sucesso da educação está em uma proposta curricular homogênea e descontextualizada da vida do estudante. (MOLL, 2010, p. 05)

O Mais Educação, sendo uma proposta de educação integral, entende que a educação é como uma “força que expande tempos e espaços, tece ideias, sentidos e busca parcerias intersetoriais e intergovernamentais” (MOLL, 2010, p. 8)

Contribuindo com a tarefa de melhorar/aperfeiçoar as práticas e espaços educativos é que o curso de extensão Educação Integral e em Tempo Integral: formação e acompanhamento da implementação no município de Vitorino/PR se propõe a dar novos rumos para a educação municipal.

### 2.3 OS SABERES CONSTRUÍDOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA ENTRE UFFS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE VITORINO

A crítica ao desempenho dos sistemas escolares tem atribuído ao professor e a sua formação baixo rendimento dos alunos. Um número considerável de pesquisadores e autores tem indicado

que a formação inicial não é suficiente para o desenvolvimento profissional do professor. Na literatura educacional parece haver consenso desta ideia e também se destaca a necessidade de pensar em uma formação continuada que valorize a experiência dos professores, que articule teoria e prática, que considere as reais necessidades dos professores, os problemas cotidianos e que proporcione reflexão e mudança no seu fazer pedagógico.

A disseminação de conhecimentos na área de formação de professores, constitui passo importante para o amadurecimento de ideias e de alternativas que visam melhorar a qualidade da educação em nosso país.

Porém, não podemos apenas criticar a atual realidade do ensino e da escola. É nosso dever, como profissionais da educação, lutarmos por políticas educacionais de qualidade, por uma escola de boa qualidade que forme cidadãos educados e críticos e que promova um ensino que melhore os resultados da aprendizagem.

Hoje, o processo educativo é desafiador. Os professores têm se esforçado para atender as demandas, mas as dificuldades são muitas. A formação teórica e prática é precária, tem-se dificuldade de articular o conhecimento científico com a ação pedagógica, a profissão tem baixo prestígio e reconhecimento social, as condições de trabalho são ruins. Essas pressões estão causando um “mal estar” docente o que leva o profissional a não se identificar com a profissão. A profissão causa angústia, desgosto, preocupação e não oferece referenciais positivos. Além disso, a formação clássica tem se revelado ineficaz, pois não responde às necessidades profissionais da contemporaneidade. A formação para o magistério precisa ser (re)pensada, pois o educador, além de ter domínio dos conhecimentos disciplinares e metodológicos, precisa também compreender o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos estudantes (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011)

Os professores da rede municipal de ensino de Vitorino, em colaboração com os professores da UFFS, têm desenvolvido estudos e oficinas para produzir e compartilhar experiências sobre educação integral e educação de tempo integral. A formação teórico-metodológica busca oferecer um ambiente de debates e relatos de experiência referente a dinâmica pedagógica e curricular das escolas de tempo integral como espaços e tempos de aprendizagem .

Os encontros presenciais, no formato de oficinas ou minicursos, são ministrados por vinte professores pesquisadores de diferentes áreas: História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa e Educação Física, Gestão Escolar, Informática, Políticas e Legislação Educacional, Inclusão, Planejamento e Currículo na perspectiva da educação integral e das escolas de tempo integral.

O curso de extensão conta ainda com atividades semipresenciais e à distância visando a efetivação no cotidiano escolar, dos estudos e reflexões realizados no curso, bem como a elaboração de material didático pedagógico e construção de propostas político pedagógicas em cada local de trabalho. Para essas atividades, os professores pesquisadores produzem material que são base para a formação teórica dos professores. Também, solicitam que os professores da rede relatem suas experiências de trabalho integrado que visam uma educação integral e em tempo integral as quais serão publicadas em um Caderno Pedagógico e um livro.

## 2.4 O PROJETO DE EXTENSÃO TRANSFORMANDO-SE NUMA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM

FOERSTE (2005) faz um resgate histórico da parceria entre a universidade e os professores de educação básica na oferta de cursos de formação inicial e continuada. Segundo o autor, até os anos 80, os esforços eram de alguns professores universitários que lecionavam nas licenciaturas que propunham cursos aos professores da rede, o que implicava muitas vezes uma desconexão entre os cursos e a realidade dos professores da rede, prevalecendo o saber teórico em relação ao saberes práticos. Após meados a década de 80, “discussões acumuladas sobre *professor reflexivo* colocaram a parceria na formação de professores como um importante ganho para o movimento pela profissionalização do ensino” (FOERSTE, 2005, p.5, grifos do autor). A partir de então, houve o que o autor chama de “parceria colaborativa” entre esses diferentes níveis de ensino na elaboração de propostas de formação. Passou-se a ter cursos que levavam em conta tanto os saberes teóricos, quanto os saberes práticos.

Essa parceria colaborativa entre universidade e professores da rede é que se propõe para a construção de uma comunidade de aprendizagem. Definimos aqui que o termo “comunidade” deve ser interpretado como um grupo de pessoas que tem um propósito comum. Concordamos com Crecci e Fiorentini que dizem

para que as escolas se tornem emancipatórias e transformadoras, é preciso que os professores da escola se organizem e constituam, em colaboração com formadores/pesquisadores da universidade, *comunidades com postura investigativa* e passem, a partir de *análises sistemáticas sobre as práticas pedagógicas escolares*, a compreender os diversos contextos inerentes ao fazer docente (...) (2013, p.18 grifos dos autores)

Os encontros dialogados visam pensar no cotidiano escolar como espaço de reflexão e construção de novas relações e novos saberes de significação da docência. Busca-se romper o modelo de levar um “projeto pronto” que deve ser seguido e aceito pelos professores da rede. Pelo contrário, os professores são ouvidos em suas reflexões e angústias referentes ao processo de ensino-aprendizagem visando assim a construção de espaços comuns entre a universidade e a rede municipal de ensino, envolvendo ao longo de todo o projeto um público de mais de 100 pessoas- coordenadores, professores pesquisadores, professores supervisores e professores e gestores em exercício na educação básica – ao longo do ano de 2014.

### 3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tomando como ponto de partida o entendimento de que não se deve ter medidas simplistas para o desenvolvimento profissional docente, situando-os sempre fora das decisões, do pensar da escola, concebendo-os como meros executores de propostas e ideias gestadas pelos outros é que o projeto de extensão apresenta como expectativa construir uma cooperação/parceria entre universidade e escola para fomentar um processo de formação continuada diferenciado.

As experiências vivenciadas neste projeto permitiram compreender as realidades enfrentadas diariamente pelos professores da educação básica no que se refere: às condições de trabalho, às concepções de educação integral, currículo integrado e desenvolvimento profissional.

É importante ressaltar que no decorrer das atividades surgiram novas propostas de trabalhos fazendo com que os professores pesquisadores reorganizassem as propostas e temáticas para os encontros de formação. Foi possível perceber que um processo dialógico e problematizador das práticas educativas pode ser mais eficaz para repensar a oferta de formação e as práticas dos professores que atuam na educação básica.

Os resultados deste trabalho servirão de subsídios para (re)pensar as propostas de formação continuada, a parceria entre UFFS e rede básica de ensino e, em especial, a parceria com o município de Vitorino/PR o qual já se manifesta favorável à manutenção/continuação da parceria para o ano de 2015, pretendendo ampliar a discussão para além da formação dos professores. A Secretaria de Educação pretende contar com o apoio da UFFS para o estudo e criação dos Sistemas Municipais de Conselho e a gestão intersetorial.

#### 4 REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 1, n. 50, p.35-49, out. 2013.

BRASIL. Decreto nº N° 7.083, de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe Sobre O Programa Mais Educação**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº s/n, de 2011. **Plano Nacional de Educação Para O Decênio 2011-2020**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=16478&Itemid=1107](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 09, de 08 de maio de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena**. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1328, de 23 de setembro de 2011. **Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica: orientações gerais**. Brasília, Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=457&id=231&option=com\\_content](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=457&id=231&option=com_content)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR . DIRETORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CAPES/DEB). **Relatório de Gestão 2009-2011**. Brasília: Capes, 2013.

CRECCI, Vanessa M.; FIORENTINI, Dario. Desenvolvimento profissional de professores em comunidades com postura investigativa. **Acta Scientiae**, Canoas, RS, v. 15, n. 1, p.9-23, jan. 2013.

FOERSTE, Erineu. **Parceria na formação de professores**. Disponível em: <<http://www.google.com.br/urlsa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=0CEcQFjAH&url=http://www.rieoei.org/deloslectores/554Foerste.PDF&ei=00tuU8zMKJWhsASptoGgDg&usg=AFQjCN Gz-iOoeObn2uB2aMaLFtN-yrgJQw&bvm=bv.66111022,d.cWc>>. Acesso em: 14 maio 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GATTI, B.; BARRETO, Elba S. S., ANDRÉ, Marli Eliza D. A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GUARÁ, Isa M. F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, n. 2, p.15-24, 2006.

MOLL, Jaqueline (org.). **Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada**. Brasília, Série Mais Educação, MEC/SEB, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

RISTOFF, Dilvo. **A tríplice crise da formação de professores**. *Jornal da Ciência*. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=84034>>. Acesso em: 10 abr. 2014

SACRISTÁN, Jose Gimeno. A educação que temos, a educação que queremos. In: INBERNÓN, Francisco. **A educação no século XXI: os desafios do mundo imediato**. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 37-61.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VEIGA, Laura da; LEITE, Maria Ruth; DUARTE, Vanda Catarina. Qualificação, Competência Técnica e Inovação no Ofício Docente para a Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental. **RAC**, Curitiba, PR, v. 9, n. 3, jul./set. 2005.

VITORINO (Município). Lei nº 1170, de 01 de novembro de 2011. **Institui O Programa Escola de Tempo Integral, na Rede Municipal de Ensino de Vitorino e Dá Outras Providencias..** Vitorino, PR.